



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO (Do Sr. Samuel Moreira)

Apresentação: 13/07/2022 10:26 - MESA

REQ n.1213/2022

Requer a desapensação do Projeto de Lei n.º 1.906, de 2022, do bloco do Projeto de Lei n.º 5.036, de 2020.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 139, inciso I, c/c o art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a desapensação do Projeto de Lei n.º 1.906, de 2022, do bloco do Projeto de Lei n.º 5.036, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O apensamento dos Projetos de Lei acima mencionados não atende aos requisitos expressos no inciso I do art. 139 e no art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Isso na medida em que o Projeto de Lei n.º 1.906, de 2022, de minha autoria, contempla, dentre outras, as seguintes propostas de inovações/alterações legais:

- prevê que no currículo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, a inclusão de conteúdos relacionados à prevenção de todas as formas de



violência contra a mulher deverá se dar de forma a abordar o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade e subordinação; o direito da mulher a uma vida livre de violência física, sexual e psicológica e o direito da mulher de não ser vítima de preconceito na vida política e pública de nosso País;

- estabelece que os diversos entes federados, observados os respectivos orçamentos, promovam campanhas de divulgação de serviços públicos que prestem informações úteis a mulheres na iminência de sofrer atos de violência, recebam e encaminhem denúncias de atos de violência física, psicológica e sexual contra mulheres a órgãos competentes e encaminhem mulheres em situação de vulnerabilidade à rede de atendimento e de acolhimento;
- criminaliza, na Lei de Abuso de Autoridade, a conduta de se negar a atender, por qualquer motivo, mulheres vítimas de violência ou atendê-las deixando de observar as regras específicas previstas na Lei Maria da Penha, além de punir a autoridade que deixar de prender em flagrante delito, nas hipóteses cabíveis, o agressor que tenha sido filmado ou fotografado ao cometer crime com violência física ou grave ameaça contra a mulher;
- prevê nova hipótese de flagrante impróprio, no caso dos crimes de violência contra a mulher, ampliando a proteção às mulheres vítimas desses crimes, ao possibilitar a prisão imediata do autor da violência;
- condiciona a progressão de regime de cumprimento de pena dos condenados por crimes de violência ou grave ameaça à mulher, assim como a dos condenados pela prática dos crimes de assédio sexual, de perseguição ou de violência psicológica contra a mulher à realização prévia de exame criminológico.

Nota-se, com base no exposto, que prepondera, na proposição que apresentei, um viés de reforço nos mecanismos de



enfrentamento à violência contra as mulheres já previstos em nosso ordenamento jurídico.

O Projeto de Lei n.º 5.036, de 2020, a seu turno, como bem sintetizado em sua ementa, limita-se a criar a Campanha Permanente de Conscientização e de Enfrentamento ao Assédio e Violência Sexual contra as Mulheres, traçando seus princípios, objetivos e ações.

Além de mais abrangente, a proposição de minha autoria tem escopo bastante distinto do buscado pelo Projeto de Lei n.º 5.036, de 2020.

Nesse contexto, a apensação empreendida terá o condão de prejudicar sobremaneira o processo legislativo, pois não será concedida a oportunidade de que cada uma das proposições seja adequadamente debatida, levando-se em conta o seu respectivo objeto.

Dessarte, levando-se em conta a inexistência de identidade que justifique a tramitação conjunta dos Projetos de Lei, requeiro o desapensamento do Projeto de Lei n.º 1.906, de 2022, do bloco do Projeto de Lei n.º 5.036, de 2020.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 2022.

Deputado Samuel Moreira
PSDB/SP

